

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Ação Popular (Ap) e o I Encontro Nacional Operário

Carlos Eduardo Moura de Mendonça*

Resumo: No ano de 1966 a organização de esquerda Ação Popular (AP) realizou o I Encontro Nacional Operário. Tinha como objetivo indicar a posição a ser tomada por seus militantes frente aos trabalhadores urbanos, bem como, avaliar o potencial quantitativo do operariado no interior da organização indicando as condições em que estavam sendo efetuados os trabalhos de luta contra a ditadura militar nas diferentes regiões em que se encontrava dividida. Pretendemos nesse trabalho analisar os resultados do encontro relacionando-os com a conjuntura do período. Valemo-nos para isso do relatório do Encontro. Este é parte integrante de documentação gerada no interior da AP no mesmo ano e distribuída para os diversos comandos regionais.

Palavras-chaves: Ação Popular - I Encontro Nacional Operário - ditadura militar.

Abstract: In the year of 1966 the organization of left Public interest action (AP) carried through the I Laboring National Meeting. It had as objective to indicate the position to be taken by its militant front the urban workers, as well as, to evaluate the quantitative potential of the work force in the interior of the organization being indicated the conditions where they were being effected the works of fight against the military dictatorship in the different regions where if it found divided. We intend in this work to analyze the results of the meeting relating them with the conjuncture of the period. We analyze the report of the Meeting. This is integrant part of documentation generated in the interior of AP in the same year and distributed for the diverse regional commands.

Keywords: Popular Action – I Laboring National Meeting - military dictatorship.

Introdução

Após o golpe civil-militar de 1964 a repressão as instituições¹ que ofereciam resistência ao regime estabelecido era uma realidade a ser encarada pelos derrotados. Colocados a margem do processo político revisões teóricas e avaliações dos procedimentos adotados pelas organizações de esquerda tentavam explicar o indigesto momento vivido pelo golpe. O ano de 1965, por meio do Ato Institucional nº2 (AI-2), marcou o fim dos partidos

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

¹ O Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes e ligas camponesas, foram algumas das instituições extintas pela repressão do Estado.

políticos e qualquer possibilidade das esquerdas chegarem ao poder pelas vias institucionais. Instalou também um período pautado pelo bipartidarismo que se prolongaria por duas décadas. Representando o governo estava a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que dava sustentação ao governo militar. A oposição “consentida” estaria representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

A princípio houve certa expectativa em torno de uma retomada da democracia. As Forças Armadas intervinham em momentos de crise política utilizando-se da prerrogativa de restabelecimento da ordem. Posteriormente, o poder era restituído aos quadros civis, embora a presença de militares tenha se efetivado no período de retomada democrática com o Marechal Eurico Gaspar Dutra em 1945, o que nos leva a entender as Forças Armadas como uma instituição política² (CARVALHO, 2005: p. 134). No entanto, mesmo que, se Castelo Branco também tenha pensado nessa possibilidade, como alguns defendem, as articulações do grupo militar denominado “linha dura” impediram tal procedimento. Enfim, se as expectativas criadas por João Goulart frustraram-se para a esquerda, mais ainda frustraram-se para os civis que apoiaram o golpe. Carlos Lacerda, então governador do Rio de Janeiro, figura proeminente da UDN (União Democrática Nacional), liberal convicto e defensor da aliança com o capital estadunidense e que obstinava o poder desde 1954, sofreu um revés com a permanência de Castelo, voltou-se contra o regime e embarcou para o exílio após ser cassado em 1968 como tantos outros que foram contrários a ele e a sua agremiação política.

Mas, e as organizações de esquerda que se encontravam nesse momento desarticuladas, desprovidas de seus principais líderes, abatidas pelos “impasses da utopia” e “utopias do impasse”³ (REIS Fº, 1990: p. 21 e 45) e sem representação institucional, como deveriam agir? Estava dentro de suas possibilidades reorganizarem os movimentos de massa? Com a vigilância exercida pela repressão do Estado seria possível uma aproximação do meio operário? A consciência de classe estava amadurecida entre os trabalhadores urbanos, o que permitiria uma reorganização destes com critérios políticos fundamentados em postulados teóricos?

Pretendemos nesse trabalho responder a essas questões com base em documento originado no I Encontro Nacional Operário realizado pela Ação Popular (AP) nos dias 15 e 15

² Essa institucionalização política das Forças Armadas encontra seu embrião no início da década de 1930 e se constituía basicamente em eliminar a política dentro das Forças Armadas ao mesmo tempo em que as liberaria para agirem com maior eficácia como atores políticos. Tais procedimentos adotados pelas Forças Armadas e principalmente pelo Exército foram elaborados pelo general Góes Monteiro e denominados de doutrina Góes. Fazia parte ainda desse projeto, e parece-nos importante citar, “[...] a tutela sobre as forças políticas civis e uma política de industrialização baseada na iniciativa estatal”. (CARVALHO, 2005. p. 134).

³ Referência aos dois primeiros capítulos de **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil.

de outubro de 1966.

A Ação Popular - AP

A organização revolucionária Ação Popular (AP) tem sua origem e formação nos quadros dissidentes na Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), no ano de 1962 e, seu Documento Base foi publicado em fevereiro de 1963⁴ durante realização em Salvador de seu I Congresso. Seus preceitos ideológicos estavam condicionados ao humanismo e ao socialismo onde “A Ação Popular considera que os Homens só serão livres numa sociedade socialista, voltada para as necessidades humanas e cujo valor principal é o trabalho” entendendo ainda que “[...] o socialismo só será atingido através da ruptura revolucionária das estruturas de dominação do capitalismo e imperialismo, com a implantação de base operário camponês”⁵ (DOCUMENTAÇÃO INTERNA DA AP – (DOC. INT. AP): ARQUIVO PARTICULAR DE DERLEI CATARINA DE LUCA – (ARQ. PART. DL), o que podemos entender como uma antecipação de sua posição maoísta adotada a partir da I Reunião Ampliada da Direção Nacional em 1968.

Até o ano de 1974 a AP sofreu algumas mudanças em seu caráter ideológico. Sem se desviar do socialismo, transitou entre a opção da luta armada e o caminho pacífico da revolução. A partir de 1968 integrou seus quadros as linhas de produção em fábricas o que chamou de “Proletarização pela integração a produção” e que, em seu entender, viabilizaria a experiência de seus militantes como operários e favoreceria sua inserção junto a estes. Em 1971 decidiu-se pelo marxismo-leninismo resultando na sigla Ação Popular Marxista-Leninista (APML). No mesmo ano aproximou-se do Partido Comunista do Brasil (PC do B) incorporando-se a esse definitivamente em 1973. Os quadros que se opuseram mantiveram a sigla e o programa definidos em 1971.

Por sua origem a AP esteve diretamente ligada ao movimento estudantil disputando a hegemonia na UNE com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em pesquisa realizada em 1966 os dados apontavam para uma organização com quadros voltados para militância e práticas políticas estudantis com um número não maior que 50% de militantes com alguma “[...] experiência de luta de massa” o que demonstra o pouco contato entre a

⁴ Consideramos aqui as duas datas por se tratar dos anos de sua formação em 1962 (SILVA, s/d: p. 89) e de sua efetivação por meio do Documento Base em 1963 (REIS FILHO, 2006: p. 48-50).

⁵ Item “OBJETIVOS” incluso em seus “ESTATUTOS” do documento intitulado “ESTRUTURA DA AÇÃO POPULAR – NORMAS PARA ADMISSÃO DE MILITANTES” impresso em 9 de outubro de 1965.

organização e operários. A militância na área estudantil chegava a 55% enquanto na área operária, especificamente nos sindicatos, o número correspondia a inexpressivos 5%.⁶ (DOC. INT. AP: ARQ. PART. DL). A organização reconhecia a deficiência nesse setor. No entanto, a AP foi constituída anteriormente ao golpe civil-militar e, embora seu programa estivesse voltado para uma revolução operário-camponês, os dados da pesquisa, levantados posteriormente ao golpe, nos levam a inferir que esta preocupação se apresentou após o estabelecimento do regime militar.

A profissionalização de seus quadros direcionada à política estudantil impediu essa aproximação com a classe operária o que perdurou nos anos imediatamente após o golpe. Essa situação foi reavaliada, também em 1966, quando se tornou necessário “desenvolver no movimento estudantil um amplo trabalho de mobilização e organização das massas” sugerindo o desenvolvimento de uma orientação que se apoiasse “nas massas para conduzirmos [sic] uma política correta no movimento estudantil” questionando os procedimentos “de alguns companheiros” que “ainda se apegam a uma orientação errônea de controle de entidades estudantis e não de hegemonia”⁷ (DOC. INT. AP: ARQ. PART. DL).

Assim, o I Encontro Nacional Operário foi realizado com a finalidade de convergir os interesses entre uma organização de esquerda com base estudantil com os da classe trabalhadora, reavaliar procedimentos e práticas militantes da organização frente ao proletariado, levantar estatísticas sobre o número de militantes presentes no meio operário, organizar um plano de luta bem como, organizar uma política para a organização do movimento operário.

O I Encontro Nacional Operário

As organizações revolucionárias de esquerda que atuaram na clandestinidade em oposição ao regime militar foram de encontro a um aparelho repressivo estruturado com relativa antecedência. Foi em torno da Ideologia de Segurança Nacional, produzida no seio da Escola Superior de Guerra (ESG) que o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável imediato pela idealização dos órgãos repressores, que o aparelho de repressão será gerado.

A Doutrina de Segurança Nacional fornecerá os elementos ideológicos para a manutenção do regime divulgando o conceito de “guerra total”. “Guerra total” “no sentido de

⁶ Pesquisa sobre a situação da organização – Área estudantil e profissional.

⁷ O MCD – Movimento contra a ditadura – I) Sobre a retificação da perspectiva e dos métodos de trabalho do MCD – Item 7 – Retificação do estilo de trabalho no movimento estudantil.

que o antagonismo dominante se encontra, igualmente, nas fronteiras nacionais. Portanto, a agressão pode vir do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno)” (BORGES *in* FERREIRA & DELGADO 2003: p. 25). Dessa forma, o comunismo e sua possível interferência em território americano, justificam as ações repressivas do Estado enquanto que, no campo ideológico, pressupõe a “guerra total” entre Oriente e Ocidente.

A partir de então, para o Estado Brasileiro, a mobilização da sociedade passou a ser seu inimigo interno e direto, ou seja, todos aqueles que se opunham à política ditatorial que estava se estabelecendo não eram apenas opositores, mas inimigos da pátria brasileira. As perseguições, imediatamente após o golpe, deram-se em todos os setores que representassem ameaça ao projeto militar. Denominada “Operação Limpeza”, o aparelho repressivo do novo modelo de Estado passou a efetuar prisões de forma intransigente. Em virtude de considerarem-se revolucionários, ditavam as regras sem a necessidade de prestar satisfação a sociedade. Sempre justificando a manutenção da ordem, o “regime” passou a cassar, prender e torturar.

Mesmo que a repressão tenha se intensificado após o AI-5, os espaços para qualquer tentativa de reorganização no período anterior a esse foram extremamente reduzidos. A intensificação do controle sobre a sociedade impediu uma maior mobilização das organizações revolucionárias e sua aproximação das classes trabalhadoras. Por outro lado, a sociedade civil que, em grande parte, havia apoiado o golpe vivia uma nova expectativa. As ações repressivas eram entendidas como parte do processo de restabelecimento da “ordem”. Somente quando o terrorismo de Estado, a partir do final da década de 1960 é exposto, alguns grupos civis pró-golpe manifestaram-se em desacordo e, mesmo revelados os mecanismos de coerção a sociedade não apoiou os métodos de tomada de poder utilizados pelas organizações, seja a luta armada⁸, seja a opção pela via pacífica como no caso do PCB e AP. O depoimento recolhido junto a Daniel Aarão Reis Filho, quadro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), ilustra, em sua perspectiva, o sentimento da sociedade civil com relação às práticas revolucionárias: “A sociedade não estava apática, ela só não concordava com nossos métodos” (DEPOIMENTO DE DANIEL AARÃO REIS FILHO).

⁸ Não entraremos no tema “luta armada” bem como em mencionar as organizações que seguiram essa linha, por não ser nosso objeto. Para o assunto, cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO: Um relato para a história. 15. ed. Petrópolis (RJ) : Vozes, 1996. REIS FILHO, D. A & SÁ, J. F. (org.) REIS FILHO, D. A. **A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993. GORENDER, J. **Combate nas trevas.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1999. GASPARI, E. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. SILVA, A. O. **História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas.** 2 ed. (revisada e ampliada). São Paulo: Impressão e Acabamento: Dag Gráfica e Editorial. s/d.

Diante dessa situação as possibilidades de sucesso para reorganizarem as classes proletárias encontraram não só a repressão do Estado, mas também a indisposição de uma sociedade, sem qualquer tradição libertária, em aderir a um movimento contrário a ideologia ocidental anticomunista desenvolvida durante a Guerra-fria. As evidências disso estão nos números do relatório do I Encontro Nacional Operário da AP ocorrido no ABC paulista. Os dados apontam para uma desarticulação entre organização e proletariado. Reconhecem a preocupação tardia em se aproximarem do trabalhador “Estamos apenas no início de nosso trabalho operário. Em muitas regiões o trabalho se inicia agora”⁹. A comprovação dessa pouca articulação esta ainda indicada no “Balanço inicial da situação do movimento na área operária (resultados parciais)”¹⁰. A AP esteve distribuída pelo país dividida em regiões, a saber: R 1 - RS, R 2 - PR e SC, R 3 - São Paulo, R 4 - Rio de Janeiro, R 5 - Minas Gerais, R 6 - Bahia e Espírito Santo, R 7 - Pernambuco e Rio Grande do Norte, R 8 – Ceará, R 9 - Maranhão e Pará (DOC. INT. AP: ARQ. PART. DL).

A R1 era a que apresentava o menor número de militantes operários, provavelmente por não ser uma região com desenvolvimento industrial como a R3 que compreendia São Paulo e possuía 25 militantes que em sua maioria pertenciam à categoria metalúrgica. Possuíam 25 e 27 ampliações¹¹ respectivamente. Em Minas Gerais, R5, o dado é de 26 militantes. “Os dados da região englobam operários e militantes que trabalham junto à classe”. Nesse ponto há uma imprecisão na informação que lança a dúvida: os militantes também são operários? Ou são militantes que só trabalham junto aos operários? Chama a atenção, ainda, as atividades na R1, o relatório demonstra que essas se encontravam na rua e se manifestavam por meio de pixações, campanhas, voto-protesto, entre outras, práticas essas semelhantes as do movimento estudantil, o que reforça esse caráter na AP. A R3, por outro lado, tem seu trabalho no interior das fábricas e junto aos sindicatos, certamente por apresentar um maior número de militantes operários¹². Para a R4, no Rio de Janeiro, os dados são imprecisos quanto aos militantes. Da mesma forma que os da R5 não mencionam o perfil e somente citam os números, 27 militantes e 20 ampliações, considerando que concentram seus trabalhos nas favelas “bairros operários por excelência”. Não há menção da R2, R6, R8 e R9. As R7 e 10 compareceram em data anterior por erro de comunicação, o que podemos atribuir à vigilância do Estado que os obrigava a encontrarem formas de burlar os órgãos de inteligência e que nem sempre foram bem sucedidos (DOC. INT. AP: ARQ. PART. DL).

⁹ I Encontro Nacional Operário – Item 2. Lições positivas e negativa do encontro, 2.1. Organização.

¹⁰ Idem.

¹¹ Termo designado a pessoas que participavam de alguma manifestação e que poderiam ser convidados e integrados a organização. As 27 ampliações da R3 eram de maioria operária.

¹² Balanço inicial da situação do movimento na área operária.

A que atribuir número tão reduzido de operários dentro de uma organização que pretende uma revolução operário-camponesa? Talvez a resposta se encontre na indisposição do trabalhador em não se submeter a uma estrutura intelectualizada e teórica ou até mesmo em uma concepção equivocada das organizações revolucionárias clandestinas serem “pré-destinadas” a “vanguardear” os movimentos sociais.

Em 1968 havia mais de 40 organizações de esquerda em atividades clandestinas no Brasil. Fruto de divergências ideológicas e da incompatibilidade na adoção de métodos revolucionários, os “rachas” provocaram uma fragmentação extenuante para os comunistas. No entanto, todas convergiam para um ponto: a implantação de um partido de vanguarda que lideraria as massas para a tomada do poder, fosse pelas armas, fosse pela via pacífica, era fundamental no processo revolucionário.

A idéia de revolução realizada sob a orientação de um partido de vanguarda foi adotada pelas organizações comunistas. A revolução passou então a ser uma questão de estudo científico e que deveria ser dirigida por intelectuais que dominassem os pressupostos teóricos. A teoria tomou lugar do desejo e “é ela que *distingue*, independentemente de reconhecimento ou aparências externas, ou de circunstâncias de qualquer natureza, uma organização, ou um grupo, como comunistas, ou seja, como vanguardas políticas” (REIS Fº, 1990: p. 113). Ou seja, caberia a organização pensar a ação das massas trabalhadoras, o que pressupõe um corpo burocrático descolado da ação e provavelmente fora da realidade dessas. Em sua crítica Castoriadis sustenta que “a burocratização significou que a relação social fundamental do capitalismo moderno, a relação entre dirigentes e executantes, reproduziu-se no seio do próprio movimento operário” o que resultou na “cristalização de uma nova camada de dirigentes separados da massa dos militantes agora reduzidos ao papel de executantes” (CASTORIADIS, 1974: p. 161-2).

No entanto, sabemos que a classe operária não aderiu aos termos propostos pelos revolucionários. As reivindicações operárias parecem ser de ordem econômica e não política. Poderiam estar contra a ditadura, mas não necessariamente a favor do socialismo. Como já dito, no ano de 1966, as expectativas de um futuro com índices inflacionários menores que os anteriores a 1964 e aumento do poder de compra dos salários ainda estavam presentes. A classe trabalhadora, embora, tenha apoiado Jango durante seu governo, em 1º de abril de 1964 não esboçou reação. Mesmo que os anos 1960 tenham significado anos de politização, as organizações comunistas não lograram o sucesso desejado de penetrarem e cooptarem a classe operária para o projeto revolucionário pretendido.

Considerações Finais

Não raro, o olhar retrospectivo remete a questionamentos sobre as ações desenvolvidas pelas organizações revolucionárias. O quanto havia de utópico em uma geração que se dispôs a enfrentar o imenso aparelho de repressão do Estado militar? Os militantes, intelectuais, trabalhadores, envolvidos na resistência a ditadura acreditavam nas possibilidades de uma revolução?

O anacronismo muitas vezes impede que seja avaliado o contexto revolucionário dos anos 1960 que estimulou essa geração a subverter a ordem estabelecida. Fatores externos influenciaram de forma decisiva na elaboração de uma perspectiva possível de ser alcançada. Para citar o mais próximo exemplo, a Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e Che Guevara, era modelo a ser seguido e representava reais possibilidades. De outro lado, o conflito no Vietnã era exemplo de política imperialista a ser combatido. Os movimentos culturais anunciavam uma transformação nos costumes e uma reformulação das concepções de moralidade o que ameaçava o *status quo* e as políticas conservadoras. O entusiasmo justificava-se por acontecimentos globais que acabaram por estabelecer uma conduta comportamental insurgente em todos os níveis da sociedade.

Assim como o AI-2 estabeleceu o início do fechamento político, oportunizou também, nesse caso, a aproximação, embora tímida, do Movimento Estudantil com o Movimento Operário. A pretensão de levar adiante a luta contra a ditadura e o imperialismo só poderia ocorrer por meio de uma reorganização compondo forças sociais distintas e a isso serviu o I Encontro Nacional Operário. A presença das organizações comunistas foi imprescindível nesse processo e mesmo que a sociedade não tenha compartilhado de seus métodos a revisão histórica tem mostrado que somente com a apreensão, tortura, banimento e exílio de jovens revolucionários os diversos setores da sociedade mobilizaram-se contra a ditadura militar.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Documentação interna da AP (Doc. int. AP).

Arquivo particular de Derlei Catarina de Luca – (Arq. part. DL.).

Depoimento de Daniel Aarão Reis Filho recolhido nos dias 18-19 de outubro de 2006.

Fontes Secundárias

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucila. A. Neves. **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – O Brasil Republicano; v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp. 13-42.

CARVALHO, José. Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTORIADIS, Cornélius. **A experiência do movimento operário.** São Paulo: Brasiliense, 1974.

REIS FILHO, D. A. **A Revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel. Aarão & SÁ, Jair. Ferreira de. (org.) **Imagens da revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, Antônio Ozai. **História das tendências no Brasil:** origens, cisões e propostas. 2 ed. (revisada e ampliada). São Paulo: Impressão e Acabamento: Dag Gráfica e Editorial. s/d.